



"Ntkozo"

Anushka Virahsawmy



CAPÍTULO 4

Recursos produtivos, emprego e empoderamento económico

Artigos 15-19



Mulher empreendedora.

Foto: Mauro Vombe

Pontos principais

- A pontuação de 53% no SGDI para os recursos produtivos e emprego, empoderamento económico coloca Moçambique em último lugar, muito abaixo da média regional de 71%.
- Os cidadãos, usando o cartão de classificação do cidadão (CSC) classificaram melhor o desempenho de Moçambique em 59%, colocando país em nono lugar, três pontos percentuais acima da média regional de 56%.
- Moçambique continua a ter baixas proporções de mulheres nas posições de tomada de decisões económicas dentro do sector público, com uma representação de apenas 15%; uma queda de 3% em comparação com a avaliação feita no barómetro de 2011.
- As mulheres constituem a maioria da população empregada no país (54%).
- As mulheres dominam o sector informal, possuindo ou operando 58.5% dos negócios no sector informal.
- 78.5% da população Moçambicana está empregada no sector da agricultura. 87.3% das mulheres estão na agricultura enquanto que os homens constituem 68% nesta categoria. Este é o único sector empregatício onde as mulheres superam os homens.

Table 4.1: Recursos produtivos e emprego, empoderamento económico

	SGDI	CSC
Pontuação	53%	59%
Classificação	15	8

A tabela 4.1 mostra que a pontuação do SGDI é 6% mais baixa que a pontuação dada pelos cidadãos.

O SGDI, baseado em dados empíricos, é um composto dos seguintes indicadores: a porção das mulheres das posições de tomada de decisões económicas; o rácio da participação das mulheres na força do trabalho em relação à participação dos homens na força do trabalho; a taxa de desemprego mulheres/homens; a porção das mulheres no trabalho não agrícola e a duração da licença de maternidade.



Formação sobre pesquisa do mercado, Município de Mandlakazi. Foto: Gender Links

Quando os cidadãos classificam o governo podem tomar em conta indicadores qualitativos, tais como os níveis de pobreza, acesso aos recursos produtivos, e a educação económica das mulheres, baseando-se no cartão de classificação do cidadão.

De acordo com alguns dos cidadãos entrevistados, Moçambique está apenas um pouco acima da metade de onde deve estar até 2015. A taxa de desemprego das mulheres continuam mais alta que a dos homens, e elas dominam o sector informal. Há mais mulheres pobres comparado com os homens, especialmente nas zonas rurais.

A maioria das políticas do governo reconhecem que combater a pobreza requer apoiar as mulheres a terem emprego no sector formal.

O impacto da Política Macroeconómica no género

De acordo com o documento do Orçamento de Estado 2014, o país teve um crescimento do PIB estimado em 7,5%, revelando um abrandamento da actividade económica em 1,6pp relativamente ao trimestre homólogo. O desempenho da actividade económica no primeiro trimestre ficou marcado também pelas quedas nos movimentos de hóspedes e nos índices do volume de negócios em comparação com o último trimestre do ano passado. Simultaneamente, a importação de combustível, de veículos e de equipamento diverso reduziu relativamente ao último trimestre de 2013. A Inflação acumulada no primeiro trimestre reduziu em 0,53pp quando comparada à registada em igual período de 2013, tendo se fixado nos 2,29%. A divisão de Alimentação e bebidas não alcoólicas contribuiu para esta tendência com cerca de 2,03pp.

Ao nível da SADC, a inflação homóloga do conjunto dos países membros registou uma ligeira subida ao se situar em 6,23%. Refira-se porém, que no trimestre anterior esteve situada em 6,20%. As taxas de juro médias nominais do mercado bancário para as operações activas e passivas com maturidade de um ano subiram em relação ao último trimestre de 2013 para magnitudes de 20,81% e 9,41%, respectivamente.

O transporte aéreo de passageiros cresceu 15,3% em relação ao período homólogo de 2013. Entretanto o transporte de carga experimentou uma tendência contrária ao decrescer 2,7%. O transporte ferroviário de carga aumentou em 64,5%, contrariando a queda no transporte de passageiros na ordem de 13,5%. A produção de energia eléctrica cresceu 29,6%, porém, em relação ao trimestre anterior, registou uma queda de 4,0%. A oferta total de energia (produção + importação) cresceu 16,8% face a igual período de 2013. O desempenho da actividade económica foi sustentado pela evolução positiva dos ramos do Comércio e Serviços de Reparação (15,1%), Electricidade, Gás e Água (12,6%), Indústria Transformadora (6,4%), Hotéis e Restaurantes (5,1%) e pela Indústria extractiva (4,9%). Os sectores da Agricultura e Pescas, à semelhança do que aconteceu em 2013, apresentaram um desempenho negativo no primeiro trimestre, com as taxas estimadas em 2,0% e 8,9%, respectivamente. Igualmente, os ramos da Construção, e dos transportes e comunicações, apresentaram um decréscimo, contrariando a tendência registada no trimestre homólogo de 2013.

Moçambique tem conhecido um assinalável crescimento económico, desde o fim da Guerra Civil. Este rápido crescimento é reconhecido por organizações internacionais, tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, mas os vários relatórios de desenvolvimento humano do PNUD, ainda colocam o país como um dos mais pobres do mundo. A Constituição da República ainda estabelece que a agricultura é a

base da economia do país, embora o sector mineiro parece estar a conduzir os destinos da economia do país, tornando este sector o maior contribuinte no Produto Interno Bruto (PIB).

O sector da agricultura tem apresentado fracos desempenhos desde a altura da independência, e isto se acentou durante o período em que o país esteve imerso na guerra durante 16 anos, reduzindo drasticamente a sua contribuição para o PIB. Os vários documentos estratégicos, nomeadamente o PES e os Programas Sectoriais, enfatizam a necessidade de diversificação da economia para estimular o crescimento noutros sectores, tais como a agricultura, o turismo, bem como a banca e a indústria.

A diversificação da economia poderia aumentar as oportunidades económicas para as mulheres no sector informal e na agricultura. Porém, as políticas macro-económicas não são sensíveis ao género. As políticas de procurement e o do investimento doméstico não abordam com clareza como é que as mulheres podem participar no desenvolvimento das actividades comerciais.

Nos últimos anos, a economia moçambicana tem registado desenvolvimentos significativos na área dos recursos minerais e energéticos. Em 2004, iniciou-se a produção e exportação de gás natural em Pande e Temane, na província de Inhambane. Em 2007 arrancou em Moma, na província de Nampula, a exportação de minérios produzidos a partir de areias pesadas. Em 2007, o Governo assinou com a brasileira Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) um contrato mineiro para a exploração de grandes quantidades de carvão de Moatize, na província de Tete. Ainda em 2007, o governo rubricou, com várias companhias multinacionais, contratos de pesquisa e produção de petróleo, com particular destaque para a zona da Bacia do Rovuma, na província de Cabo-Delgado.

O quadro legislativo do sector também tem vindo a melhorar. Em 2007 a Assembleia da República (AR) aprovou nova legislação fiscal para as áreas mineira e petrolífera. De acordo com um estudo apresentado na Conferência Inaugural do IESE (Bucuané e Muelder, 2007), Moçambique possui quantidades consideráveis de recursos naturais, dos quais a maior parte ainda não foram efectivamente explorados. E, em função dessa constatação, o Governo está determinado em facilitar a extracção e exportação dos seus recursos naturais o mais rapidamente possível, supondo que estes irão contribuir positivamente para o crescimento económico e redução da pobreza.

Moçambique está, na verdade, a tornar-se um “novo rico” em matéria de hidrocarbonetos, mas a abundância em recursos naturais não é um passaporte automático para a prosperidade. Muitos países ricos em recursos

naturais continuam extremamente pobres, apesar de terem já percorrido longos anos de exploração. Esta situação - a abundância de recursos naturais em convivência estreita com um lento crescimento económico e bolsas de extrema pobreza - é conhecida como o “paradoxo da abundância”, ou por outras palavras, “a maldição dos recursos”. CIP, 2009

Portanto, Moçambique é ainda um dos países mais pobres do mundo, com muitos indicadores sociais, como o acesso à água potável, abaixo da média da África subsaariana. Olhando para o acesso à água como fundamental para a vida e as mulheres são as maiores utilizadoras deste recurso, o acesso pobre e controle até mesmo por elas limita a realização de seus direitos humanos. Apesar de mais de uma década de crescimento económico alto, a economia de Moçambique não sofre qualquer alteração estrutural significativa, limitando a sua capacidade de reduzir de forma sustentável a pobreza e promover o desenvolvimento humano, que possui ainda uma das mais baixas taxas do mundo, na posição 178, o décimo pior da posição.

Moçambique tem sido alvo de muito investimento estrangeiro devido à sua riqueza em terra arável, recursos florestais, recursos minerais e energéticos como gás, carvão, pedras preciosas, entre outros. Com a alta demanda por terra para explorar os recursos, existem várias empresas que, em coordenação com o Governo tomaram as famílias de suas terras, com a promessa de reassentá-las em outras áreas, proporcionando melhores condições de vida. Essas famílias, são na sua maioria chefiadas por mulheres que usam a terra para a prática da agricultura familiar, o que elas e suas famílias mantêm desde os primeiros dias de sua existência.

Nas áreas rurais, o trabalho de 87% no setor agrícola. O percentual da população que vive abaixo da linha da pobreza é ainda muito alta, estimada em 54,7%. Mulheres em Moçambique constituem cerca de 52% dos cerca de 21 milhões de habitantes. De acordo com o censo de 2007, 30% são chefes de família. No entanto, elas se encontram em pior situação em comparação ao homem, uma vez que elas não têm autonomia sobre o controle do destino final de sua renda. As mulheres são as mais pobres, analfabetas (64%) e mais afetadas pelo HIV e SIDA, resultando na feminização da pobreza.

O uso inadequado da terra tem sido uma das principais causas de conflitos entre as comunidades rurais, governos locais, provinciais e centrais em Moçambique. Principais projetos como ProSavana agrícola, de mineração como minas de carvão de Moatize, a Vale Moçambique, projetos florestais e muitos outros exemplos mostram como as mulheres rurais têm enfrentado grandes desafios sociais, ambientais, económicos e políticos. Segundo Mauelele, 2014 ocorreu em Maputo a Conferência Internacional Camponesa, nos dias 1 e 2

de Outubro, sob organização da União Nacional de Camponeses (UNAC). A mesma exaltou o facto de que a comida é um direito básico produzido principalmente por mulheres, mas que paradoxalmente elas são as mais pobres. As mulheres são a maioria e as que mais usam a terra no país, no entanto, as desigualdades de género no acesso e uso da terra persistem. Segundo Isabel Casimiro, esse facto traduz-se numa autêntica violação de direitos humanos, visto que a Constituição da República de Moçambique (CRM) assim como a Lei de Terras, estabelecem respectivamente, a igualdade de género e o direito de uso e aproveitamento da terra por mulheres e homens (comunidades locais). Em Moçambique, mulheres e homens camponeses reiteram que a existência de uma soberania alimentar é possível através do investimento da agricultura praticada pelos agricultores locais. No entanto, a concessão de terras a empresas multinacionais tem sido um entrave ao alcance da soberania na produção de alimentos para as comunidades locais.

É sabido que a Constituição da República estabelece a Agricultura como sendo a base para o desenvolvimento. Contudo, mulheres e homens camponeses têm sido “empurrados” para trabalhar nas multinacionais onde recebem salários miseráveis. Sabe-se ainda que a agricultura é a fonte primária de subsistência no meio rural, em contrapartida, camponesas e camponeses enfrentam a falta de espaço para a prática daquela actividade de forma autónoma.

Para Isabel Casimiro, Presidente da Fórum Mulher e da Marcha Mundial das Mulheres em Moçambique (MMMM) não faz sentido que o país através do Estado, permita que as comunidades locais sofram a usurpação e sejam deslocados das suas terras de origem para regiões sem condições naturais e sociais. Apresentou como exemplos, as províncias de Tete e Cabo delgado, locais onde as populações sofrem com os reassentamentos.

Mulheres e homens na tomada de decisões económicas



O protocolo afirma que os estados parte devem, até 2015, garantir a participação igual de mulheres e homens na formulação e implementação de políticas económicas.

Emprego formal

As mulheres dominam o sector do Mercado informal, controlando 58.5% nos negócios do sector informal. O sector informal é ariscado, instável e vulnerável, limitando as chances do empoderamento económico (ODMs 2010). O acesso e controlo dos recursos produtivos e às oportunidades de emprego é desigual e favorece aos homens.

As famílias chefiadas por mulheres são mais pobres que as chefiadas por homens.

A proporção das mulheres no Mercado formal de trabalho é mais baixa que dos homens, e as mulheres dominam nos sectores de emprego menos remunerados, principalmente na agricultura e como empregadas domésticas. A posse da terra, o acesso às tecnologias e serviços financeiros - estão inclinados a favor dos homens.

Ao longo dos últimos anos tem havido progressos significativos em termos da participação das mulheres nas posições de tomada de decisão no sector público e privado.



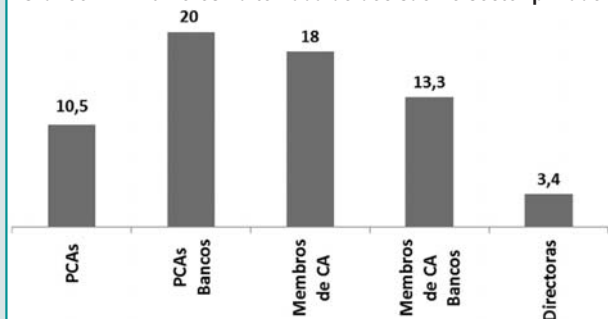
Liderança na justiça económica: Empreendedora do município de Chibuto.

Foto: Gender Links

Mulheres na tomada de decisão no sector privado

Percentagem de mulheres em posições decisórias e de liderança no sector privado

Gráfico 4.1: Mulheres na tomada de decisão no sector privado



Fonte: EISA 2013, Estudo de Base sobre Mulheres em órgãos de tomada de decisão.

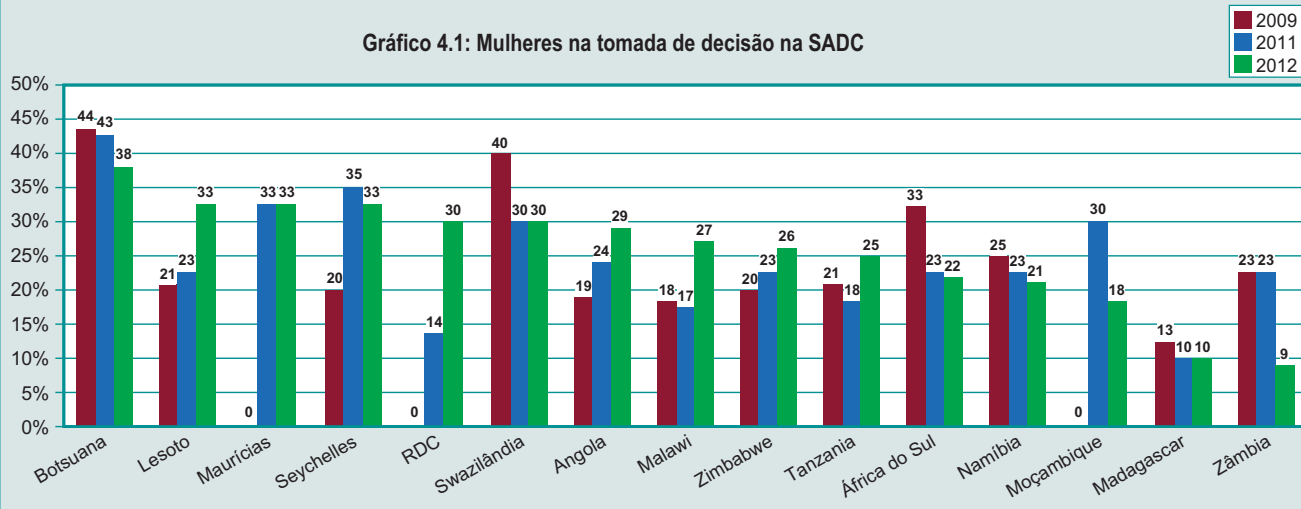
O sector empresarial privado é um dos dois sectores com a menor percentagem de mulheres em posições de tomada de decisões. Foram examinadas as 30 empresas privadas no topo do Índice da KPMG e ainda

10 bancos, onde se procurou olhar para a posição que as mulheres ocupam nas estruturas de governação e gestão dessas empresas, nomeadamente a posição de Presidente do Conselho de Administração, membro do Conselho de Administração e membro da Direcção Geral/Executiva.

No geral as mulheres constituem 22% dos Conselhos de Administração das empresas deste sector, mas olhando mais proximamente para onde estão essas mulheres nessas estruturas, constata-se que elas tem ainda menos representatividade na presidência dos Conselhos de Administração. Apenas 10.5% dos PCAs de empresas examinadas são mulheres.

A representação das mulheres no sector privado é mais baixa no sub-sector bancário. Apenas 13.3% dos membros dos Conselhos de Administração deste sub-sector são mulheres, comparados com 22% no resto das empresas privadas examinadas, embora sejam 20% dos cargos de PCA nos bancos examinados. As mulheres aparecem ainda em menor número nas posições de Directores Geral/Executivo com apenas 3.4% nesta categoria.

Gráfico 4.1: Mulheres na tomada de decisão na SADC



Fonte: Barómetro do Protocolo do Género da SADC de 2012.

O gráfico 4.2 Mostra que Moçambique classifica-se em décimo terceiro lugar quando se calcula a percentagem de mulheres nas posições de tomada de decisões económicas, uma descida brusca quando comparado com o ano anterior.

A tabela 4.2 apresenta de forma desagregada a posição das mulheres e homens nas posições de tomada de

decisões económicas. As mulheres escasseiam nas estruturas de tomada de decisões relacionadas com a economia no sector público. Elas aparecem apenas como Secretárias Permanentes, posição que não lhes confere muito poder para influenciar as decisões que são tomadas nesta área. A única mulher que esta em posição de interferir nas decisões é a Vice-Ministra da Planificação e Desenvolvimento.

Tabela 4.2: Mulheres e homens na tomada de decisão económica

	Nome	Homen	Mulher
Ministro de Economia e Finanças	Adriano Malehane	X	
Vice-Ministro de Economia e Finanças	Amelia Nakhare		X
Secretário Permanente/DG	Paulo Bernardo Manhique	X	
Ministro de Recursos Minerais e Energia	Pedro Conceicao Couto	X	
Secretário Permanente/DG	Salim Valá	X	
Ministro da Indústria e Comercio	Ernesto Tonela	X	
Vice- Ministro do Comércio e Indústria	Omar Mitha	X	
Secretário Permanente/	Cerina Banú		X
Governador do Banco Central	Ernesto Gove	X	
Vice-Governador do Banco Central	António P. Abreu	X	
TOTAL	10	8	2
PERCENTAGEM	100%	80%	20%

Fonte: Barómetro do Protocolo do Género da SADC de 2012.

Orçamentação de género



O protocolo estabelece que os Estados parte devem garantir a orçamentação responsiva ao género nos níveis micro e macro, incluindo acompanhamento, monitoria e avaliação.

O Ministério da Mulher e da Acção Social é o órgão responsável pela integração do género nas políticas sectoriais do governo coordenando as acções do Conselho Nacional para o Avanço da Mulher responsável pela coordenação inter-sectorial para a igualdade de género. O Governo de Moçambique destaca a integração do género como uma das acções prioritárias para o ano de 2011 (PES 2011), em parte em resposta dos compromissos internacionais assumidos no âmbito do Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento, entre outros. Mas procurando a expressão financeira dessas intenções dificilmente conseguimos ver a integração do género reflectida no orçamento.

A orçamentação do género tem sido mais avançada pelo governo e ONU Mulher, do que pelas ONGs e apenas se aplica ao nível nacional. A orçamentação de género em Moçambique tem sido conduzida pelo Ministério das Finanças, desde 1998, com o apoio financeiro da Corporação Sueca de Desenvolvimento, ONU Mulher e PNUD. Foi criado um Grupo Especial de Interesse do Género, constituído por doadores, governo e Sociedade Civil, com o objectivo de integrar o género no orçamento de estado e no Plano de Acção de Redução da Pobreza.

O Ministério das Finanças definiu os indicadores através dos quais os sectores podem especificar as despesas por

género no orçamento dos recursos humanos e de investimento, mas apenas os sectores da educação, saúde e acção social é que tem feito progressos na integração do género nos seus orçamentos. Outros ministérios como o do trabalho, das obras públicas mostraram interesse em integrar o género na orçamentação dos seus programas.

De entre as poucas tentativas de integrar o género no PARP, o melhor exemplo é a análise do acesso ao ensino primário. Ela demonstra que as raparigas de todos os grupos nas zonas rurais são desprivilegiadas.

Impacto

Desde que o Ministério das Finanças iniciaram a orçamentação em 1998, os sectores da educação, saúde e acção social tem desenvolvido a análise do género dos seus orçamentos. Para além destes três sectores, há muito poucas iniciativas de orçamentação de género nos outros sectores.

Olhando para o orçamento geral do estado não é possível aliar os compromissos expressos no PES e a expressão financeira, o orçamento de estado. No geral o orçamento não é construído com lentes de género, esta preocupação parece estar apenas no discurso político.

Uso de tempo



O Protocolo estabelece que até 2015 os Estados parte devem realizar estudos de uso de tempo e adoptar medidas políticas para aliviar o fardo das múltiplas funções exercidas pelas mulheres.

Não encontramos evidências de estudos desta natureza em Moçambique.

Empoderamento económico



O protocolo estabelece que até 2015 os estados parte devem adoptar políticas e aprovar leis que garantam o acesso, benefícios e oportunidades iguais para as mulheres e homens no comércio e empreendimento, tomando em conta a contribuição das mulheres nos sectores formal e informal; Rever a política nacional de comércio e empreendimentos, para torná-los responsivos ao género; Introduzir medidas de acção afirmativa para garantir que as mulheres beneficiam igualmente das oportunidades económicas, incluindo aquelas criadas através dos processos de procurement público.

Comércio e empreendedorismo

Em Moçambique se tem exaltado um discurso político que incentiva o empreendedorismo no país, mas esse discurso não está traduzido em política específica sobre empreendedorismo. Facto importante de realçar é que o governo criou uma Escola Superior de Empreendedorismo, uma tentativa de destacar a importância que o governo dá a esta questão.



Mulher empreendedora.

Foto: Mauro Vombe

A dificuldade de acesso ao financiamento tem sido um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento de atividades deste cariz. Aliada ao facto de que as grandes empresas, com posição protegida e fortes incentivos pressionam e atrasam o progresso das iniciativas de governo destinadas a melhorar a infraestrutura institucional dos mercados.

A corrupção, aliada a um sistema legal fraco e arbitrário, sustenta as empresas protegidas em prejuízo das potencialmente mais competitivas. As empresas protegidas recebem tratamento preferencial do governo, o que lhes permite preservar a sua posição, reduzindo o incentivo à inovação e redução de preços.

Apesar dos esforços de estabelecer uma economia de Mercado, o ambiente legal e os procedimentos regulamentares continuam muito complicados e burocráticos. A Administração pública precisa de muita eficiência. Uma excessiva burocracia e ineficiência significa perda de tempo, e aumenta os custos para o negócio e limita os investimentos no sector industrial.¹

A Política Estratégica Industrial refere de forma muito superficial às mulheres, quando sugere que “o

¹ Política estratégica Industrial - Aprovada pelo Conselho de Ministros através da Resolução Nº.23/97 de 19 de Agosto.

estabelecimento de linhas de crédito específicas para a indústria pelos bancos comerciais poderia reduzir o os riscos e canalizar o crédito para áreas e objectivos específicas (pequenas e médias indústrias, micro-negócios, reabilitação, empreendedores jovens e mulheres, etc.)

Comércio informal

O sector do comércio informal é encontrado em todo o país, sendo que tem maior concentração nos principais centros urbanos. O sector, contribui para a geração de emprego, o que constitui uma razão mais do que suficiente para se prestar mais atenção a este sector, através do uso de mecanismos apropriados que possam encorajar a sua passagem gradual para o sector formal. O governo reconhece a importância da economia

informal, no seu Plano de Acção para Redução da Pobreza 2011-2014 destaca que “zonas urbanas, a actividade económica informal (da qual depende a maioria dos pobres) é dominante, sendo o acesso ao emprego formal ainda muito restrito, particularmente para as mulheres.”

O Instituto Nacional de Estatística realizou, em 2004, o primeiro Inquérito Nacional do sector Informal (INFOR 2004), que revelou que existiam no país 7.659.200 trabalhadores informais com mais de sete anos de idade, dos quais 4.480.400 eram mulheres, o correspondente a 58.5%.

De acordo com o estudo do INE (2004) a maior parte dos trabalhadores informais estão nas zonas rurais (6.965.900), dos quais 3.483.700 são mulheres.

Propriedade e recursos



O Protocolo da SADC estabelece que até 2015 os Estados parte deverão rever todas as políticas e leis que determinam o acesso, controlo e benefícios dos recursos produtivos pelas mulheres.

Embora não haja medidas do governo específicas direccionadas às mulheres, temos conhecimento de iniciativas que tem como alvo as mulheres. Dessas podemos mencionar a Kukula, (*Project Hope e Hunger Project*) que tem cerca de 9035 mulheres que beneficiam dos seus projectos de microfinanças.

A posição das mulheres e homens na sociedade moçambicana, amplamente determinada pelos factores culturais e tradicionais, determinam a distribuição dos bens económicos e dos recursos produtivos. No geral, as relações de género em Moçambique são caracterizadas pela subordinação das mulheres.



Mulheres no fazendo negócio informal.

Foto: Rúben Covane

Género e posse de terra

Os dados sobre a posse de diferentes tipos de terra por mulheres não estão disponíveis. Moçambique aprovou e tem estado a fazer a divulgação da Lei de Terra (1997). Esta lei encoraja o investimento privado na terra e protege o acesso do camponês agricultor à terra. Também declara explicitamente que a mulher tem direitos a terra, iguais aos do homem incluindo os direitos de sucessão e o direito ao título de terra em seu nome.

Em Moçambique a terra não pode ser vendida, o Estado é o proprietário exclusivo da terra. A Constituição da República reconhece que a mulher tem um papel importante no desenvolvimento do país, e sendo este grupo o que constitui a maioria da população e o principal grupo de trabalho a terra, o Estado dedica especial atenção a questão do acesso à terra pelas mulheres. Existem várias iniciativas e grupos que trabalham na protecção dos direitos da mulher em relação à terra, e o seu encorajamento para se envolver nas actividades produtivas, incluindo a sua organização em cooperativas.

Emprego



O Protocolo estabelece que até 2015 os Estados parte deverão rever, emendar e aprovar leis e políticas que garantem às mulheres e homens o acesso igual a emprego assalariado em todos os sectores da economia. Estabelece também a remuneração igual pelo trabalho igual; a erradicação da segregação ocupacional; benefícios de maternidade e paternidade.

A Constituição da República de Moçambique consagra o direito ao trabalho como um dever e um direito de cada cidadão. Estabelece ainda o princípio de igualdade do género e de direitos e oportunidades entre homens e mulheres, a remuneração em função da quantidade e qualidade do trabalho prestado.

“A igualdade de remuneração, estabelecida por lei e salientada no relatório do governo, é posta em causa de forma muito subtil. Em termos reais o salário base é igual para homens e mulheres na mesma categoria. Contudo, quando se consideram os pagamentos suplementares tais como subsídios de renda de casa, assistência médica e medicamentosa extensiva aos membros do agregado familiar do trabalhador, é comum dizer-se que porque a mulher vive em casa do pai ou do marido, não tem direito ao pagamento da renda de casa. Por outro lado, frequentemente, a assistência médica e medicamentosa no caso do trabalhador cobre a sua esposa e filhos, no caso das trabalhadoras cobre apenas os seus filhos deixando de fora o marido”.²

Tabela 4.3: Mulheres e homens no emprego

	Empregados	Desempregados	Auto-empregados
Nº mulheres	3.891.952	1.081.707	
Nº homens	3.300.180	570.457	
Total	7.192.132	1.652.164	
% mulheres	54.1	65.5	56.5
% homens	45.9	34.5	68.7

Fonte: INE-IFTRAB 2005.

A tabela 4.3 acima indica que a grande maioria da população desempregada consiste de mulheres (65.5%), enquanto que os homens desempregados constituem 34.5%. É interessante notar porém, que da população empregada, as mulheres constituem uma relativa maioria, com 54.1% enquanto que os homens representam 45.9%.

Não foi possível aceder aos número absolutos da população auto-empregada, mas os dados do Instituto Nacional de Estatística indicam que 68.7% dos homens

são auto-empregados, e 56.5% das mulheres estão nesta categoria. Acredita-se que a maioria das mulheres nesta categoria está envolvida no sector informal.

Tabela 4.4: Níveis de emprego das mulheres e homens em todas as ocupações

	TOTAL	% mulheres	% homens
Agricultura, florestas e pesca	78.5	87.3	68.0
Indústria extractiva	0.3	0.0	0.6
Indústria transformadora	3.1	1.2	5.4
Energia, água, construção	1.2	0.1	2.6
Comércio e reparação de veículos	9.2	7.0	11.7
Transporte e comunicações	0.8	0.1	1.6
Serviços	2.9	2.0	3.9
Administração	1.7	0.7	2.9
Educação	1.6	1.0	2.3
Saúde e acção social	0.7	0.5	0.8

Fonte: INE-IFTRAB 2005.

A Constituição da República de Moçambique define a agricultura como a base da economia nacional, e neste sector onde a maioria da população se encontra enquadrada. 78.5% da população Moçambicana está empregada no sector da agricultura. 87.3% das mulheres estão na agricultura enquanto que os homens constituem 68% nesta categoria. Este é o único sector empregatício onde as mulheres superam os homens.

O sector da indústria no geral emprega poucas pessoas, isto resulta do fraco desenvolvimento, resultante em parte na longa guerra civil e má gestão, que destruiu grande parte do parque industrial do país. As mulheres aparecem em números bastante reduzido no sector industrial, e para o caso da indústria extractiva não existe nenhuma referência de mulheres a trabalhar neste sector.

Existe uma nítida divisão de trabalho por género entre homens e mulheres. Enquanto as mulheres são enviadas para trabalhar nas machambas, os homens podem escolher entre trabalhar nas minas ou outros sectores da indústria, comércio e energia.

² Relatório Alternativo da Sociedade Civil, sobre a Implementação do CEDAW em Moçambique 2007.

Tabela 4.5: Condição de emprego

Disposição	Sim/Não	Disposições
Licença maternidade	SIM	A Lei do Trabalho garante à mulher parturiente uma licença maternidade por um período de 60 dias, a contar do dia do parto. Findo o período da licença maternidade a mulher tem o direito de levar até uma hora por dia para amamentar, durante um ano, a não ser que outra orientação seja dada por um médico.
Licença paternidade	SIM	O pai tem direito a uma licença por paternidade de um dia, de dois em dois anos, que deve ser gozada no dia imediatamente a seguir ao nascimento do filho.
Assédio sexual	SIM	O artigo 66 da Lei do Trabalho estabelece que o assédio, incluindo o assédio sexual, praticado no local de trabalho ou fora dele, que interfira na estabilidade no emprego ou na progressão profissional do trabalhador ofendido, constitui uma infracção disciplinar.
Trabalho noturno	SIM	O artigo 11 da Lei do Trabalho garante à mulher durante o período de gestação, o direito a não prestar trabalho noturno, excepcional ou extraordinário, ou ser transferida do local habitual de trabalho, a partir do terceiro mês de gravidez, salvo a seu pedido ou se tal for necessário para a sua saúde ou a do nascituro.
Mesma idade de aposentação e mesmos benefícios para mulheres e homens	NÃO	Existe uma diferença na idade de reforma para as mulheres e para os homens, sendo 65 para os homens e 60 anos para as mulheres.

Fonte: Lei do Trabalho 2007.

No geral a legislação laboral Moçambicana é sensível ao género; incorpora muitos dos dispositivos que são recomendados pelos diversos instrumentos legais internacionais e regionais a que o país aderiu e ratificou.

O governo desenvolveu a Estratégia de Emprego e Formação Profissional (EEFP), cuja meta era de beneficiar 260.000 pessoas em diversas áreas, tendo formado até 2009, 171.228 pessoas, dos quais 119.350 homens e 51.938 mulheres. A segunda fase da EEFP ambiciona formar 1.000.000 pessoas até 2015. A EEFP tem como acções previstas para a realização:

- Promoção da protecção legal das mulheres trabalhadoras do sector formal contra recrutamentos discriminatórios, transferências, despedimentos e outros;
- Recolha de informação laboral sobre a participação da mulher no sector formal para ser utilizada na tomada de decisões em relação a programas de emprego e necessidades de formação em benefício da mulher;
- Desenvolvimento de programas de emprego de mulheres para o sector informal tanto no meio rural como no urbano;
- Sensibilização dos intervenientes no programa através de acções formativas onde serão utilizados, entre outros, os pacotes de capacitação institucional da OIT sobre o Género e Emprego;

- Promoção da formação profissional de raparigas e mulheres.

A formação profissional para o emprego e auto emprego, promovida no âmbito da EEFP, tem diversos intervenientes, quer no sector público quer no sector privado.



Virginia Mucocane, Vendedeira no mercado Municipal da Manhica.

Foto: Rúben Covane



Justica Economica pos 2015

Tabela 4.6: Proposed revised targets and indicators for...

Areas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentavel	Metas Proposta de objectivos Pos 2015	Proposta de Indicadores Pos 2015
Decisão Económica			
Assegurar a igualdade de participação de homens e mulheres na formulação e implementação de políticas económicas política.	5.8 Garantir a participação plena, igual e eficaz e liderança das mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas esferas públicas e privadas.	1. Até 2030 assegurar igual participação das mulheres e homens na formulação e implementação de e políticas económicas nos sectores públicos e privados.	1. Percentagem de mulheres Ocupando lugares de CEOs e Conselhos de Administração no sector privado. 2. Percentagem de mulheres nas posições de liderança e tomada de decisão (ministras e vice-ministras de finanças, planificação, banco central).
Orçamentação em áreas de género			
Assegurar que orçamentos sensíveis ao género a nível micro e macro, incluindo rastreamento, monitoramento e avaliação.	5.10 Promover a disponibilidade de dados desagregados por sexo para melhorar as políticas de igualdade de género, incluindo a orçamentação sensível ao género.	2. Assegurar orçamentação sensível ao género aos níveis macro e micro através da disponibilização de dados desagregados por sexo, seguimento, monitoria e avaliação.	3. Que as prioridades de género se refletem nos orçamentos nacionais.
Procurement			
No que diz respeito às disposições de acção afirmativa no artigo 5, introduzir medidas para garantir que as mulheres se beneficiam igualmente de oportunidades económicas, incluindo aquelas criadas através de processos de adjudicação de contratos		3. Em relação as provisos de acção afirmativa do artigo 5, introduzir medidas para assegurar que as mulheres beneficiem igualmente de oportunidades económicas, incluindo aquelas criadas através do processo de procurement publico.	4. Percentagem de mulheres premiado propostas a nível local, regional e nacional.
Comércio e empreendedorismo			
aprovar leis que garantam acesso iguais, benefícios e oportunidades entre mulheres e homens no comércio e empreendedorismo, tendo em conta a contribuição das mulheres nos setores formais e informais. Rever as políticas de comércio e empreendedorismo nacionais, para torná-los às questões de género.	8.12 Melhorar a infra-estrutura regional e transfronteiriço para promover a efetiva integração económica regional e facilitar o comércio.	4. Adoptar políticas e promulgar leis que asseguram igual acesso, benefícios e oportunidades para mulheres e homens no comércio empresariado, tomando em conta a contribuição das mulheres nos sectores formal e informal.	5. Proporção de empresas pertencentes a mulheres nas pequenas, médias e grandes sectores de actividade de escala. 6. Estabelecer medidas que facilitam o comércio transfronteiriço. 7. Proporção de mulheres em missões comerciais.

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentavel	Metas Proposta de objectivos Pos 2015	Proposta de Indicadores Pos 2015
Recursos produtivos			
Rever todas as políticas e leis que determinam o acesso, controle, e beneficiar, recursos produtivos a mulheres.		5. Assegurar que até 2030 mulheres e homens possam igualmente aceder aos serviços básicos, tenham posse de propriedade ou imóvel, tenham acesso aos serviços financeiros apropriados e a programas de formação em negócios para promover crescimento de negócios das mulheres na região.	8. Igual percentagem de mulheres a manter uma conta bancária em instituições financeiras. ³
			9. Proporção da população com acesso ao crédito institucional, por género. ⁴
			10. Igualdade de posse de propriedade de bens por homens e mulheres e os dados desagregados por sexo. ⁵
			11. Proporção de recursos destinados à agricultura vão os pequenos agricultores desagregados por sexo. ⁶
			12. Percentagem Igual de homens e mulheres ao acesso e posse da terra. ⁷
7. Assegurar igual acesso de mulheres a homens a oportunidades de financiamento de empresas a todos os níveis de atividade até 2030.			13. Percentagem de mulheres licenciadas nas áreas de Contabilidade, Economia e Comércio.
			14. Percentagem de mulheres empresas de propriedade do sector e dimensão.
8. Assegurar que até 2030, mulheres, incluindo aquelas dos grupos indígenas beneficiem igualmente dos recursos da indústria extractiva.			15. Percentagem de mulheres na liderança de mineração.
Emprego			
Rever, emendar e aprovar leis e políticas que garantam que mulheres e homens têm acesso igual ao emprego assalariado em todos os setores da economia.		9. Até 2030 rever, emendar e promugar leis e políticas que mulheres e homens tenham ao emprego remunerado em todos os sectores da economia.	16. Existência e aplicação da legislação de igualdade de oportunidades de emprego. ⁸
			17. Tempo/período de licença de paternidade
			18. A licença de maternidade e benefícios (% dos salários pagos)
			19. Percentagem de mulheres que são parte do trabalho assalariado não-agrícola. ⁹
			18. Percentagem de mulheres que podem decidir como gastar o seu rendimento. ¹⁰
10. Assegurar igual acesso de mulheres ao emprego produtivo efectivo e decente e pagamento igual pelo service do mesmo valor.			19. Nível de disparidades salariais entre homens e Mulheres. ¹¹
			20. Percentagem de mulheres licenciadas absorvidos pelo mercado de trabalho.
			21. Execução da agenda "trabalho decente.

³ Oportunidade econômica das mulheres, SIGI.

⁴ Estatísticas Mundiais de género banco de dados, as oportunidades econômicas das mulheres, SIGI.

⁵ Indicadores de desenvolvimento mundial, oportunidade econômica das mulheres, SIGI.

⁶ Indicadores de desenvolvimento mundial, oportunidade econômica das mulheres, SIGI.

⁷ Indicadores de desenvolvimento mundial, oportunidade econômica das mulheres, SIGI.

⁸ | Estatísticas mundial de género banco de dados, ec da Mulher.

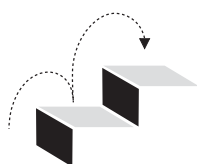
⁹ OIT, OIT, World Development Indicators.

¹⁰ Oportunidade econômica das mulheres, SIGI

¹¹ Estatísticas mundial de género banco de dados, as oportunidades econômicas das mulheres, SIGI

Áreas Temáticas/ Meta	Objectivos do Desenvolvimento Sustentável	Metas Proposta de objectivos Pos 2015	Proposta de Indicadores Pos 2015
			22. Proportion of the population in vulnerable employment, by sex. ¹²
Vários papéis de mulheres			
Realizar estudos de uso do tempo e adotar medidas políticas para aliviar a carga dos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres.	5.6 Reduzir e redistribuir cuidado não remunerado e trabalho doméstico através da responsabilidade compartilhada	11. Conduzir estudos de uso de tempo e adoptar medidas políticas para reduzir o fardo de vários papéis desempenhados pela mulher incluindo cuidados e responsabilidade pelas crianças até 2030.	23. Número médio semanal de horas gastas em trabalho não remunerado, por sexo. ¹³
Habituação			
	11.1 Até 2030, garantir o acesso universal à habitação e serviços básicos adequados e acessíveis para todos, eliminar o precário e assentamentos informais.	12. Asegurar igual acesso a propriedade de habitação e terra, incluindo a protecção de todas as mulheres incluindo viúvas, de leis discriminatórias sobre a propriedade imóvel até 2030 (Draft SDG 11.1 and 5a).	24. Percentagem de mulheres que possuem suas próprias casas.
	5. Garantir o direito das mulheres igual ao acesso de meios de controlo e recursos produtivos.		
TICs			
	5. Até 2030 alcançar o acesso universal às TIC para as mulheres e homens para promover o empoderamento das mulheres.	13. Rever, emendar e promulgar leis e políticas que asseguram com que Mulheres e Homens tenham Igual ACESSO ao emprego pago, ao uso das TICs e as decisões da Economia até 2030.	25. Percentagem de pessoas com acesso à tecnologia por sexo. ¹⁴
		14. Assegurar que mulheres tenham igual acesso a internet, e infraestrutura das TICs até 2030.	26. Percentagem de pessoas com acesso a tecnologia móvel a preços acessível e acesso à internet por sexo. ¹⁵

Fonte: Gender Links e o Aliança do Protocolo de Género da SADC, 2014.



Passos a seguir

- Moçambique precisa adoptar a orçamentação do género como parte do processo da alocação dos recursos em todos os ministérios;
- O governo precisa de realizar pesquisas anuais e dar mais apoio às mulheres que dominam o sector informal. Esta é uma oportunidade para as organizações empresariais femininas advogarem por leis e políticas do comércio mais sensíveis ao género;

- As organizações da sociedade civil devem fortalecer os seus programas económicos para apoiar as mulheres a entrarem nos negócios não tradicionais e economicamente viáveis;
- Deve-se melhorar o acesso das mulheres às facilidades de crédito;
- O governo deve introduzir uma abordagem que concilia o empreendedorismo feminino com a resolução de problemas sociais comunitários;
- Estabelecer uma meta favorável para aumentar o número de mulheres com pequenas, médias e grandes empresas até 2030;
- Criar políticas que garantam a inclusão das mulheres no aproveitamento e gestão dos recursos minerais do país.

¹² OIT, OIT, Indicadores do desenvolvimento mundial.

¹³ OIT, OIT, Indicadores do desenvolvimento mundial.

¹⁴ Indicadores de desenvolvimento mundial

¹⁵ Indicadores de desenvolvimento mundial, levantamento demográfico.